

# Sarney pede um pacto para a transição

• 9 SET 1983

Da sucursal de  
BRASÍLIA

O presidente do PDS, senador José Sarney, defendeu ontem a assinatura de um pacto de transição para a plenitude democrática, envolvendo aspectos econômicos e sociais. Ele admitiu que existem poucas divergências entre ele e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães: "Concordamos em quase tudo em matéria de economia e finanças. As divergências são de forma e não de conteúdo, mera questão de metodologia".

"Sempre defendi um pacto de transição; pelo fato de haveremos caminhado bastante, nem por isso o entendimento deixa de ser ainda necessário", esclareceu.

Sarney lembrou ainda que "nossas dificuldades políticas teriam sido bem menores se tivéssemos feito um pacto político para a democratização. Como isto não houve, nós, do PDS, arcamos sozinhos com esta responsabilidade. Minha idéia, colocada junto ao Petrônio Portella, era comprometer os partidos e toda a sociedade na execução de amplo projeto político. Não foi possível e assim a opção foi pela divisão do projeto em etapas".

O presidente do PDS acha que "nunca é tarde para buscar fórmulas de entendimento sem que as partes abduquem de suas posições e de sua identidade". Lembrando os tempos do falecido ministro da Justiça, Petrônio Portella, e suas articulações para a revogação do AI-5 e concessão da anistia, disse ainda Sarney: "Naquela época, o pacto devia ser apenas político, porque os setores econômico e social ainda não estavam em crise. Hoje o projeto político deve abarcar os problemas econômico-sociais e a perseguição de soluções".

Ele foi evasivo quanto ao entendimento em torno da sucessão presidencial: "Não devemos envolver pessoas. O pacto deve ser feito em torno dos objetivos políticos. Assim, ninguém deve ser excluído. Como os partidos ainda estão, verdes, necessitamos ampliar o diálogo a todos os segmentos da sociedade".

## LEGALIZAÇÃO DO PC

Sarney admitiu, indiretamente, até a legalização do Partido Comunista, "desde que o PC deseje jogar as regras da democracia. Não há por que recusá-lo. Acho, porém, que eles vão enfrentar dificuldades porque não reconhecem o pluripartidarismo. Não sou favorável à legalização do PC e, sim, de qualquer partido que se proponha a cumprir as exigências da Constituição e da lei. Neste sentido, o PC apresentou sua documentação à Justiça".